

“A SERVIÇO DO POVO PARA A GRANDEZA DA PÁTRIA”

O PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO – UM PARTIDO PROTESTANTE

João Marcos Leitão Santos¹

RESUMO

Este trabalho é uma discussão sobre a presença sócio-política do Protestantismo Brasileiro, em meados dos anos 40, e mais especificamente sobre os esforços de organização de um Partido Político de matriz protestante, no qual se observa a forma de organização do Brasil republicano, suas instituições partidárias, para estabelecer o *background* em que se insere a tentativa do PRD. Considerada a própria condição do protestantismo brasileiro durante o período, na configuração que assume durante a Quarta República(1945-1964), procuramos demonstrar a identidade protestante do PRD, o perfil dos partidos confessionais, as proposições que apresentava, o impacto sócio-político pretendido no protestantismo e na sociedade, para concluir com as condições que levaram ao seu esgotamento.

Palavras-Chaves: Protestantismo; protestantismo, comportamento político.

ABSTRACT

This paper is a discussion of the socio-politics of Brazilian Protestantism presence in the mid- 40s, and more specifically on efforts to organize a political party of Protestant matrix, in which there is the form of Republican Brazil 's organization, its party institutions to establish the background in which it operates trying PRD . Considered the very condition of the Brazilian Protestantism during the period, in the configuration it assumes during the Fourth Republic (1945-1964) , try to show the Protestant identity of the PRD , the profile of confessional parties , the propositions presented , the desired socio-political impact Protestantism and society, to finish with the conditions that led exhausted.

Key Words: Protestantism ; Brazil republic, political behavior .

Considerações preliminares: Em busca de uma institucionalidade política

A tentativa de institucionalização da ação política no seio do protestantismo não era uma coisa nova, o inusitado era o seu caráter de organização partidária. Em 1936, por exemplo, sob a liderança do Dr. Nicolau do Couto Esher² foi instituída a *União Cívica Evangélica Paulista*³, cujas postulações principais podem ser conferidas neste manifesto:

A União Cívica Evangélica Paulista [vem aos] seus eleitores nesta hora solene de tanta confusão e incerteza, para reafirmar sua existência, por muitos julgada extinta, por falta de manifestações exteriores visíveis e confirma seus [princípios] exarados no manifesto de 15 de janeiro deste ano do qual extraímos os seguintes trechos que relembram nossa atuação e nossos compromissos:

¹ Doutor em História Social/USP. Professor na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande e da Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal da Paraíba. tmejph@bol.com.br

² Articulista e polemista politizado, Couto Esher se candidatou mais de uma vez a cargos eletivos, porém sem sucesso, apesar de ter recebido 33.000 votos em um pleito para Deputado por São Paulo.

³ Depois associações similares se apresentaram em outros estados da federação.

A Diretoria da U. C. E. P. ratificando o aviso colocado nas folhas evangélicas em julho de 1933, tem o prazer de comunicar a todos que conosco tomaram parte na campanha eleitoral que caminhará como orientadora do movimento eleitoral evangélica no estado de São Paulo, em conexão com os ideais da legenda “Liberdade e Justiça” que foi justamente a divisa que apresentamos na última campanha eleitoral. A U. C. E. P. fica constituindo **um centro evangélico de vigilância** para acolher e providenciar sobre todos os casos que cheguem ao [nosso] conhecimento em que haja pressão a liberdade de consciência e desrespeito ou quebra de direitos constitucionais, que garantem a liberdade e igualdade de crenças perante a lei, como qualquer perseguição e injustiça por motivos religiosos. Assim todos aqueles que forem vítimas de coação ou receberem atos concretos que ponham em opressão a liberdade de consciência por motivos religiosos, queiram dirigir-se a diretoria que tomará as providências que no caso couberem.

A diretoria entende também ser seu dever neste momento de confusão e incertezas, declarara francamente os pontos que a norteiam quanto a ideologias comunistas, que se debatem no país e apelar a todos os evangélicos eleitores, que se abstenham de quaisquer compromissos políticos com tais partidos e ideologias [que] são contrárias aos princípios evangélicos.

Como orientadora de opiniões, faz suas as palavras que foram adotadas como declaração de princípios pela Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, que sintetiza todos os pontos contrários aos extremismos de direita ou de esquerda, o comunismo, o integralismo, e outros quaisquer.

Assim, condenamos todo movimento político ou social que:

“Considerando o momento caótico do mundo e o movimento de idéias perigosas que apelam apara as mentes cristãs e por vezes delas se apoderam, Sínodo da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil declara contrário aos princípios da Reforma – que ele crê decorrentes do Novo Testamento – qualquer movimento político e social que der os seguintes resultados:

Atentado contra a liberdade de consciência livre dentro da lei;

Atentado contra a liberdade de consciência, de crítica, de culto e de imprensa, quando esteja ela dentro da lei e da moral;

Atentado contra a formação livre como partido com programas claros dentro da lei;

Atentado contra a liberdade de propriedade em si, garantida e expressão livre do individuo de da organização normal da família;

Atentado contra as bases sagradas da família

Posse do poder pela força por parte de uma facção, que se arvore em país, transformando a bandeira nacional, mãe bondosa que é para abrigar dentro da lei as divergências naturais de seus filhos, em madrasta odioso que protege uns filhos tiranizando outros;

Exigência de juramentos incondicionais nas mãos de um homem, o que é, além de gravíssima imprudência, para não dizer imoralidade, um atentado contra o princípio básico de reforma, a saber: o livre exame e a crítica, princípio que é não só um direito, mas um dever da dignidade humana;

Nacionalismo rubro, que é uma deturpação do verdadeiro patriotismo e que conduz fatalmente a um orgulho nacional insensato, preparando o caminho para o ódio entre as nações, a opressão e a conquista;

Ódio de raças e orgulha da superioridade racial, que afasta indivíduos e nações, contrariamente do universalismo cristão;

A militarização da infância escola e a inoculação da alma infantil, de idéias de violência que não somente a deturpam e alienam a cristo, mas prepara o caminho para o imperialismo, o militarismo, os gastos excessivos com

preparativos bélicos, em detrimento da escola, do pão sagrado, do operário, dos hospitais;

Toda expansão de dinheiro que acarreta parasitismo, tirania, compressão a comunidade, exploração criminosa da pessoa e do trabalho humano.

Com estes alavantados propósitos bem definidos e com esta **diretriz de ação política** e social, a diretoria conta com o apoio unânime de todos os evangélicos, eleitores ou não e **de ambos os sexos**, de todo estado de São Paulo, para na primeira oportunidade, dar um forte exemplo de civismo na defesa de nossos ideais.(grifos nossos)

São Paulo, julho de 1936.

N R S Couto Esher (e outras assinaturas)

Em 1946 surge também a proposta de adesão e organização da *Coligação Nacional Pró-Estado Leigo*, com vistas a fazer *lobby* na Assembleia Constituinte que se avizinhava, com uma plataforma simples, mais jurídica-religiosa que política, isto é, mais devotada a defesa de dispositivos jurídicos que ideológicos, como se constata:

Plena liberdade a todos os brasileiros de se associarem, de se reunirem, de expressarem seus pensamentos, pela imprensa, pela tribuna., pelo rádio, etc, dentro da ordem e da lei;

Absoluta separação entre a Igreja e o Estado;

Igualdade de todos os cultos perante a lei;

Laicidade do ensino em todas as escolas oficiais, de modo que qualquer faculdade de instrução religiosa não interfira com este princípio;

Nenhuma interferência do Estado nas funções de qualquer igreja;

Nenhuma intromissão de atos religiosos nas solenidades cívicas, afim de evitar coações ou constrangimentos; nenhuma distinção entre brasileiros e mesmo entre estrangeiros em virtude de maioria de adeptos de qualquer religião, visto que todas as igrejas são iguais perante a lei, funcionam dentro do direito comum, que não reconhece maiorias nem minorias em matéria religiosa.

Como ação imediata o Movimento Pró-Estado Leigo chama a atenção dos eleitores simpatizantes dos princípios aqui expostos, para as advertências abaixo, que deverão ser observadas com todo rigor:

Só deem os seus votos preferenciais a candidatos que seguramente vão defender na Câmara Federal os sãos princípios da separação entre Igreja e Estado;

Procurem influir por todos os modos, o mais depressa possível, com a maior intensidade e com a maior amplitude no círculo de suas relações pessoais, no sentido de convencer o maior número de eleitores, quanto ao dever de todos os espíritos livres exercer o seu voto conscientemente dentro das afirmações deste manifesto.

Dada a urgência de tempo a palavra de ordem é para todos os espíritos livres: “Dê cada um além das suas forças” - Pelo Estado Leigo.

Curitiba, 10-11-945(sic)

A COMISSÃO

Outros expedientes semelhantes a estes também se deram como a *Ação Política Carioca* e outras congêneres, mas que tornaria exaustiva as exposições aqui,⁴ bem como se mostraria redundante em relação à exemplaridade anteriores. O que aqui se tentou demonstrar foi que sempre, por meios diferenciados, porém semelhantes, bem cedo o protestantismo procurou formas de organização interna para se afirmar como sujeito social dentro da vida nacional, e em alguns momentos este esforço organizativo ganhou caráter institucional (SANTOS, 1998, 2005, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Sobre a organização de partidos religiosos

Não seria de todo impróprio iniciar o reconhecimento do PRD, com algumas considerações, como se tem teorizado na bibliografia especializada, sobre a possibilidade ou finalidade da organização religiosa através de partidos. A problemática relativa a organização de Partidos Políticos por instituições religiosas e eclesiástica não é nova, nem restrita ao Brasil, e nem ao protestantismo que aqui se instaurou, podíamos só por aproximação temática remeter a discussão até a Reforma do século XVI e a Liga Esmalcalda, que reunia os principados protestantes, o que representaria excessiva digressão neste contexto.

Eschenburg é quem faz uma discussão mais sintetizada e ilustrativa útil na nossa problemática. Sua apreciação toma por base a Alemanha Democrática, mas suas considerações são de aproveitamento mais geral. Ele parte do esforço por caracterizar o partido político, no que não foge muito a pensamento clássico exposto por Robert Mitchel (1982). Diz então, que partidos são:

...associações de cidadãos que no âmbito da Federação[alemã] ou num dos estados federados, pretendem, definitivamente, ou por algum tempo, exercer uma influência determinada sobre a *formação política da mentalidade* de seu povo, e participar na representação do povo no Congresso Federal(Deutscher Bundestag) ou na assembléia legislativa de um dos estados federados, contanto que apresentem garantias suficientes para a seriedade de sua orientação, seja no conspecto geral das situações concretas, nomeadamente no que diz respeito ao alcance e à solidez da sua organização, *ao número dos seus membros* e a sua influencia na vida pública. Não podem ser membros de um partido a não ser pessoas naturais (ESCHENBURG, 1973, p. 915)(grifos nossos).

Tal descrição, como dissemos, não destoia da formulação clássica da ciência política, mas nos interessa em dois pontos particulares, porque na seção seguinte deste texto vamos investigar razões possíveis ou prováveis do insucesso na iniciativa protestante, onde os dois

⁴ Sobre a participação política do protestantismo na República, SANTOS, João Marcos Leitão. *Protestantismo e Política no Brasil. Uma história documental*. Prelo.

aspectos aqui realçados voltarão mais detidamente. Primeiro é a concepção de Eschenburg de que o partido transcende a mera *função* representativa, para operar como agência de “formação da mentalidade” de um agrupamento humano seja no sentido amplo, toda a sociedade como sugere o autor, ou sobre um determinado agrupamento, ou seguimento da sociedade. A pesquisa cujos resultados apresentamos aqui demonstra que o PRD se propunha a operar sobre esta tal *mentalidade* do protestantismo no Brasil, para fazer variar a sua forma de [não] participação na vida política nacional.

O segundo aspecto a ser realçado é o do *número dos seus membros*, isto porque, associado com certa participação política reticente, o protestantismo sempre foi numericamente inferior a “religião da maioria”, isto é, o catolicismo. Mesmo reticente ao político em seu segmento conservador e majoritário, mas ativo em certos bolsões internos, não havia suficiente unidade, digamos ideológica, entre os protestantes, a ponto de provocar uma adesão em massa a um grêmio que pretensamente o representasse, ou seja, era possível achar dentro do mesmo protestantismo de comunistas a integralistas. E há ainda um agravante, que aponta para o fato que grupos quantitativamente significativos, como os batistas, enquanto instituição, sempre foram avessos a movimentos associativos, particularmente políticos.⁵

Do ponto de vista estratégico, vale a pena acentuar Durverger (1981) em um aspecto dentre aqueles mencionados na definição de Eschenburg. Segundo aquele autor, partidos visam: “assumir o governo, *executar metas ou impedir a execução de metas*, apresentar pessoas e programas, e produzirem uma estrutura organizacional operativa”. Então, o mais importante a ser reconhecido como gênese de motivação para o protestantismo se organizar política-partidariamente seria o executar metas ou impedir a execução de metas, no caso, tendo como pano de fundo os embates com o projeto social católico romano.

No seu embate contra tal projeto social do catolicismo romano funcionar como instrumento de obstrução era fundamental, já que se não fossem os próprios protestantes a fazerem tal enfrentamento, era muito modesto o número de “liberais” progressistas dispostos o bastante para “comprar certas brigas” como “o conjunto da sociedade” em questões pontuais deste ou daquele seguimento sejam estas demandas de natureza religiosa ou não.

Embora todo discurso político se articule em torno da tese do “bem *comum*”, notoriamente as associações se fazem em função de interesses, como também sugere

⁵ Como revela a sua relação com a Confederação Evangélica do Brasil, e mesmo o empenho por se distinguir dos protestantes em geral. Sobre este ponto veja-se Soren, F.F. São os Batistas Protestantes?, pergunta a qual oferece resposta negativa

Durverger (1974), que variam no grau, na peculiaridade, no conteúdo e na extensão. Aos partidos atribui-se a responsabilidade de “estar apto a responder a qualquer questão que a ordem política lhe impuser”. Mas no que refere á superação do aspecto representativo, enquanto associações, os partidos têm uma preocupação inalienável de dar resposta aos interesses da especificidade do seu grupo.

Então afirma Eschenburg: “também pertencem a categoria de associações as igrejas”, sempre que os seus interesses entrem em conflito no âmbito secular. A isso soma-se a afirmação de Vereker que “historicamente, o esboço da distinção entre os domínios religioso e secular tem sido mais evidente na teoria social católica; *entre os protestantes, a tendência tem sido de distinguir entre uma jurisdição interior, espiritual e pessoal; e a ordem externa, temporal*” (VEREKER, 1967, p. 67) (grifo nosso), apesar que de que as duas dimensões são indissociáveis. E o próprio Eschenburg ainda é mais explícito em sua formulação ao afirmar que: “Na Alemanha se fez, por três vezes, a tentativa de fundar partidos evangélicos, mas em vão. *Pois a doutrina religiosa bem como a estrutura da Igreja Evangélica, não se prestam, em contraste com a igreja católica, à formação de partidos políticos*” (ESCHENBURG, op. cit. p. 920)(grifo nosso), exatamente pela razão que apontamos ao falar do eixo integralismo-comunismo, ou seja a heterogeneidade própria do protestantismo, o que hodiernamente tem levado alguns a falar de protestantismos.

Então o projeto articulado pelo grupo que organizou o PRD esbarrava exatamente na ação partidária como algo dissonante do interesse daqueles a quem esperava atender – o fiel protestante em geral –, ou seja, mediar interesses, ativar o eleitor, oferecer metas, o que se opera através do expediente de manter informado o seu eleitorado. Mas, imprensa, material de propaganda, escritos partidários não estimulavam expectativa na maioria do protestantismo. Conclui Eschenburg, portanto, que “se um partido pretende alcançar para o seu projeto, a maioria dos votantes, só estará em condições de oferecer uma única solução. Dali resulta que tem de reduzir, em suas fileiras, a formação de opinião” (Id, p. 925).

Nós também para concluirmos esta seção, citamos ainda uma vez Eschenburg, quando ele particulariza sua reflexão em torno do protestantismo, principalmente na experiência herdada da Igreja Confessante⁶ que antagonizou a Igreja Nacional na Alemanha nazista.

⁶ A Igreja Confessante nasce como reação ao estabelecimento do Gleichschaltung em 1933 que obrigava as Igrejas Protestantes a entrarem para a Igreja Protestante do Reich conformada a ideologia nazista. Em setembro do mesmo ano como um grupo se organizou e fez publicar em 1934 Declaração Teológica de Barmen, produzida por Karl Barth e outros pastores e congregações, ratificada no Sínodo de Barmen, reafirmando que a Igreja Protestante Alemã não era um órgão do Estado, com o propósito de reforçar o Nazismo, mas sujeita apenas a Jesus Cristo e seu Evangelho, assando a liderança do pastor Martin Niemöller, arcando com o ônus da perseguição do estado nazista.

A igreja professante (Die bekenneend Kirche) rejeitou radicalmente *por razões teológicas* a idéia dum partido eclesial. “Na qualidade de comunidade de Cristo não se permite a igreja organizar-se na forma de partidos, para prover as suas obras comunitárias e realizar seus sínodos, pois a dispersão em partidos contradiz a própria natureza da comunidade... Todo partidarismo na Igreja deixa de ser um princípio estrutural que fosse necessário e aproveitável, para a estruturação e o funcionamento dos sínodos eclesiais”.

Não se prestam, realmente, os partidos políticos, nem com seus duros métodos de luta, nem com seu charlatanismo propagandístico, para o modelo de comunidades Eclesiais (ESCHENBURG, op. cit. p. **)(grifo nosso).

Ainda assim, “participar da votação não significa meramente o direito de ser membro da Igreja, mas antes o exercício do sacerdócio comum dos fiéis e do serviço a bem da comunidade, por responsabilidade inerente a fé”, porque “o problema dos partidos na Igreja está em função da auto compreensão da mesma, porém está sujeito, manifestamente, a determinadas ‘leis’ sociológicas(Id., p. 927, 928). Portanto, teologia, eclesialidade e experiência histórica se congregam para se constituírem elementos impeditivos/inibidores para a organização religiosa em partidos políticos, notadamente, no que refere ao protestantismo.

O Partido Republicano Democrático

A questão que primeiro foi suscitada nessa investigação foi em que medida o PRD era um partido protestante já que não se declarava explicitamente como tal. A caracterização do Partido Republicano Democrático como um partido político protestante não é uma obviedade, embora seja uma constatação factível de ser realizada. Dois são os elementos principais que permitem esta constatação.

Em primeiro lugar está o registro dessa condição numa muito rarefeita bibliografia estabelecido em alguns textos sobre a história dos partidos políticos no Brasil. O número destes textos é restrito, são três, um deles com uma linha referindo a “uma partido cristão não católicos”. A razão desta exiguidade de investigação sobre o PRD pode ser explicada por duas razões principais: na esfera secular, pelo desinteresse que marcou a investigação da história política do Brasil no que se refere ao protestantismo, e o tipo de historiográfica do próprio protestantismo produziu e que somente recentemente tem procurado resgatar sua presença social e conseqüentemente política. O segundo elemento se deu, não diríamos pela irrelevância, mas pelo caráter efêmero do partido, que funcionou sob esta bandeira por apenas três anos e amargando um pífio desempenho eleitoral, fundiu-se com outros grupos, para

fundar o Partido Republicano Trabalhista mais eclético em sua constituição, embora ainda com um considerável contingente de protestantes, e que foi extinto pelo Ato Institucional nº 2.

Das bibliografias mencionadas temos no Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro o verbete sobre o PRD, que afirma textualmente:

Partido político de âmbito nacional fundado em 1945 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal pelo educado José de Souza Marques, ao lado de Jairo Jasseli e Anselmo Páscoa(sic) Era ligado a grupos protestantes. Foi extinto em 1948 quando seus membros fundaram o Partido Republicano Democrático(sic).[Na verdade Partido Republicano Trabalhista]

Os principais pontos do seu programa defendiam o regime federativo republicano e um governo democrático, que respeitasse a liberdade de expressão e de culto e o direito de associação e de reunião. Eram ainda reivindicados os direitos de todos os indivíduos ao trabalho e aos meios de remuneração, o direito do povo a educação, a manutenção da propriedade privada, o direito dos empregados a participarem dos lucros das empresas, a extinção dos latifúndios, o direito de greve e a abolição de todos os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade visando o barateamento do custo de vida.

Embora tenham sido organizados núcleos do partido nos estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, sua sede e principal centro de atuação localizou-se no Rio de Janeiro.

Nas eleições de 1945, a atuação do partido foi fraca, chegando a haver risco de cassação do registro pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em 1946 o grupo protestante que exercia a liderança, foi fortalecido pela adesão de alguns paulistas, liderados pelo pastor metodista Guaraci da Silveira(sic) que havia sido deputado federal pelo PTB. Guaraci da Silveira(sic) tornou-se então presidente do Partido Republicano Democrático, embora no Rio de Janeiro o membro mais destacado continuasse sendo José de Souza Marques.

A despeito das novas adesões, o desempenho dos republicanos democráticos nas eleições de 1947 foi mais uma vez inexpressivo. Ameaçado de extinção devido a sua fragilidade eleitoral, o partido resolveu reformular-se, *abrindo seus quadros a membros não protestantes*. Em função destas reformulações o Partido Republicano Democrático foi extinto, surgindo em seu lugar o Partido Republicano Democrático(sic).[Na verdade Partido Republicano Trabalhista](DICIONÁRIO,1980) (grifo nosso)

Há ainda o depoimento referido do partido “organizado em 1945 por cristãos não-católicos de Santos e do Rio” (LIMA Jr., 1983, p. 46), ao referir-se a esta organização de um “partido cristão não católico” a argumentação do texto permite inferir tratar-se do PRD, ao que se soma o depoimento de Café Filho (1966). Finalmente, no texto de Carmo (1961), o que mais especificamente retrata o PRD com seu histórico, programa, organização e estatutos. (CF. CAFÉ FI., 1966; CARONE, 1976; CERQUEIRA, 1970; MOTA, 1971; PETERSON, 1962).

A documentação disponível no Tribunal Superior Eleitoral faz referência a diretórios regionais organizados em Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas, Rio Grande do Sul,

Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás, e Rio de Janeiro, sendo que o número dos afiliados era distribuído assimetricamente.

Há que se considerar ainda que o partido sucedâneo do PRD foi o Partido Republicano Trabalhista, e não o Partido Trabalhista Democrático como as vezes citado, além de que o partido embora abrindo seus quadros a membros não protestantes não perdeu sua identidade confessional de partido protestante, o que se infere da informação que abriu “seu quadros a membros não protestantes”, sendo óbvio que no momento precedente seu quadro era formado por protestantes. Quando da extinção do partido em 1948, os indicadores da sua condição ou da percepção que dele se tinha como partido protestante, aparece outra vez no Dicionário, no verbete do partido que o sucedeu, o Republicano Trabalhista, que afirma:

Partido político de âmbito nacional criado em 1948 para suceder o Partido Republicano Democrático (PRD) Foi extinto em, 1958, quando seus membros fundaram o Partido Rural Trabalhista.

Resultante de uma reformulação do PRD que se encontrava enfraquecido após sucessivos fracassos eleitorais o PRD foi organizado sob a liderança de Guaraci da Silveira (sic), deputado por São Paulo e pastor metodista. *Manteve-se ligado a grupos protestantes, tendo como figura de maior destaque no Rio de Janeiro, então Distrito Federal o também pastor José de Souza Marques.*

... Apoiando o segundo governo Vargas (1951-1954) e mostrando-se simpático ao trabalhismo, em meados de 1954 o PRT abriu suas portas ao político paulista Hugo Borghi, que deixava o Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. O fortalecimento trazido com a entrada de Borghi dispensou o partido, nas eleições de outubro de 1954, de negociar sua legenda com candidatos de esquerda (DICIONÁRIO, op. cit. p. 2568)(grifo nosso).

Borghi progressivamente assumiu a liderança do partido, do qual se tornou presidente em 1958, mesmo período em que, como forma de aproximar o trabalhismo do campo, fundou o Partido Rural Trabalhista e que remonta sua origem no PRD, nos Estatutos do PRT.

CAPÍTULO I DOS FINS, SÉDE(sic) E FÔRO

Art. 2º

§ 2º - Este partido, que se denominou Partido Republicano Democrático, desde a sua constituição até janeiro de 1948 passou, por ato da convenção nacional a designar-se Partido Republicano Trabalhista e resolve adotar a partir da presente modificação estatutária a designação de Partido Rural Trabalhista. (ESTATUTOS do Partido Rural Trabalhista, 1958:3)

A segunda evidência da configuração confessional do PRD como partido protestante, vem de suas lideranças, (na tipologia da teoria política, um partido de quadros)⁷. Se por prudência ou receio não se queira ser categórico em acompanhar dos depoimentos acima o

⁷ Designa-se Partido de Quadros aquele Formado por notáveis que preparam eleições e conduzem campanhas, o partido de quadros possui uma estrutura baseada no prestígio pessoal de algumas pessoas cujos contatos podem prover sustentação aos candidatos e assegurar-lhes votos.

argumento que o PRD era um partido protestante, a observação da organização da liderança, da comissão executiva do Diretório Regional, e não só o Diretório Nacional como mostraremos a título de exemplo no caso de Pernambuco, não nos permite ignorar ser um partido, para dizer o mínimo, constituído ou dirigido por protestantes. A Diretoria Nacional era assim constituída:⁸

Presidente: José de Souza Marques	Pastor batista, vice presidente da Convenção Batista Brasileira, primeiro presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, deputado constituinte pelo estado da Guanabara em 1960.
1º Vice-Presidente: Josué Cardoso da Fonseca	professor, presidente do Departamento de Ensino Religioso da Confederação Evangélica do Brasil.
2º Vice- Presidente: Sinésio Lira.	Pastor congregacional e uma de suas principais lideranças – veremos ainda neste capítulo parte de posição política do Reverendo Sinésio – Presidente em **** da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, pastor das principais igrejas congregacionais no Brasil
3º Vice Presidente: Euclides Deslandes	Funcionário Público, Secretário Geral do Departamento de Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil
Secretário Geral: Miguel Jasselli	Professor, maçom, ligado aos protestantes
1º Secretário: Ernesto Soren	Advogado, Batista
2º Secretário: Anselmo Paschoa	Advogado, batista
3º Secretário: Carlos Mendes Campos	Advogado
4º Secretário: Jairo Moraes	Médico, presbiteriano
1º Tesoureiro: Efrain Rizzo	Médico, pastor presbiteriano, escritor
2º Tesoureiro: Antonio Carneiro	Funcionário Público
Procurador: José Lins de Albuquerque	Funcionário Público
Orador: Galdino Moreira	Pastor, presbiteriano, expressiva liderança do presbiterianismo, articulista, militante
Diretor de Patrimônio: Walfrido Monteiro	Professor

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Desses, vários se manterão no partido após a sua reorganização de 1948. Para não sugerir lista igualmente exaustiva, e como exemplaridade sugerida mais acima, em Pernambuco vamos achar no Diretório Regional entre outros, como membros da Diretoria, Arthur de Barros, pastor congregacional, José Mungumba Sobrinho, Lívio Lindoso, Coriolano Duclerc, Adolfo Lira Rego, José Domingues Figueiredo, Antonio Marques Lisboa Dorta, *Eliezer Correia de Oliveira*, José Alfredo de Medeiros, Vicente Gomes da Silva, Hermes da Cunha e Silva, Fernando Benvindo Siqueira, Adolfo Lira Rego, *Oséias Dias de Souza*, Ernani Jorge de Araujo, todos ministros batistas, dos quais *alguns* concorreram a cargos eletivos,

⁸ Estatutos do Partido Republicano Democrático. Fonte: Diretório Regional de Pernambuco. Tribunal Regional Eleitoral-PE, protocolo 6, 1945, p 22

entre outros, leigos.⁹ Não seria excessiva abstração inferir que outros diretórios regionais tinham constituição não muito distinta desse perfil.

Sobre as razões do insucesso de um Partido Político Protestante: Repercussão negativa no protestantismo

No ano de 1942 a Confederação Evangélica do Brasil realizou um dos seus Congressos de Obreiros, entre os temas abordados repercutiu a conferência “O Evangelho mais Amplo”, apresentada pelo reverendo Galdino Moreira na qual afirmava que

o evangelho não é para um grupo... é para o mundo presente e que luta com suas atuais condições físicas, sociais, econômicas, materiais e espirituais. E que *os homens de hoje não estão preocupados primariamente com coisas distantes, com o céu, com o futuro depois da morte, mais com a vida agora.* (...) não se está preocupado com teorias e doutrinas, mas com *homens e realidades contundentes e fortes* (MOREIRA, 1942, pp. 15,17) (grifos do autor) (grifos nossos)

Todavia, embora esta tendência para uma *vocação intramundana* estivesse circulando nos ambientes protestantes de forma crescente, é igualmente verdade que era reticente a simpatia da comunidade evangélica por uma ação específica no âmbito da política, sobretudo, partidária.

Igualmente, no relatório da Secretaria Geral da Confederação Evangélica do Brasil, no biênio 42-45, depois dos lamentos pelos flagelos da guerra, afirmava o Secretário-Geral Rodolfo Anderes:

O mundo caminha mais e mais para a autoridade representativa. Os governos, sem desprezar os direitos individuais, sugerem as classes que se organizem, e as associações que se congreguem. É do próprio interesse de cada classe de indivíduos e de cada grupo de entidades associar-se, para melhor alcançar os seus fins, pelo poder da representação. Não poderiam as igrejas evangélicas desprezar este exemplo (ANDERES, 1944, p. 12).

E no item dois do mesmo relatório, intitulado *Defesa do Evangelismo*, afirma “a defesa dos *interesses do evangelismo* gira em torno de insinuações malévolas dos inimigos da liberdade religiosa pela imprensa; da intromissão indébita e abusiva de determinada corrente religiosa nas repartições públicas...” (Id, 12) (grifo nosso) o que nos deixa uma dupla evidência: primeiro que havia claros e determinados *interesses do evangelismo* a serem geridos, e em segundo lugar que a batalha pelo estabelecimento ou pela defesa desses interesses tinha como arena o espaço profano, público, mesmo que se reconhecesse a

⁹ Ata de Organização do Partido Republicano Democrático. Fonte: Diretório Regional de Pernambuco. Tribunal Regional Eleitoral-PE, protocolo 6, 1945, p. 10

ingerência de “determinada corrente religiosa”, particularmente mencionados a imprensa e [setores do] poder público.¹⁰

Vale lembrar ser ela mesma, a Confederação Evangélica do Brasil, inclusive por dispositivo estatutário, “órgão de representação do protestantismo”. Mas o contexto parece sugerir a um observador mais atento, que este nível de representação, não esgotava completamente as possibilidades de eficácia na prevalência de tais *interesses*. Mas a resistência a intervenção política direta prevalecia.

Inclusive em períodos precedentes, nas Assembleias Gerais de 1928 e 1936 a Igreja [Cristã] Presbiteriana no Brasil objetara a participação de pastores na política, como fariam os congregacionais em 1955. Ao comentar a posição dos evangélicos em relação à participação e a ordem política, lembra Azevedo (1983) que “quanto a atitude dos evangélicos propriamente, estes não se eximiriam dos seus deveres, *embora não tenham se organizado em partido* e não tenham tomado atividade oficial em nome de suas comunidades” (AZEVEDO, 1983, p. 235)(grifo nosso), e completa: “com referência a atitude do jornal [batista] de 50(sic), a simpatia, *uma vez só* referida e ainda assim 1947 é pelo PRD que abriga muitos candidatos evangélicos” (AZEVEDO, apud, JB 31.01.47, p. 6, 7). Mas a seção de correspondências do Jornal Batista não nos deixa assimilar a tese de Azevedo.

Esta simpatia se verifica, por exemplo, em carta aberta ao presidente da Convenção Batista Brasileira, pastor Manuel Avelino de Souza, publicada no Jornal Batista, onde o 1º Vice-Presidente em exercício do Partido Republicano Democrático, dá conta de haver *acabado de ler satisfeito* no Jornal Batista *o apelo* que faz aos batistas brasileiros para cumprirem o seu dever cívico de participação nas eleições, porque segundo entende:

Estamos, realmente numa encruzilhada, de onde partiremos como Nação, ou para a Democracia, ou para o fortalecimento das forças reacionárias. Para a Democracia, *filha direta do Evangelho* – para a democracia que seguiremos sim, se com nosso voto – arma secreta do cidadão – não nos comprometermos a favor de políticos, mas ao contrário nos arregimentarmos para a defesa daqueles princípios e para a exigência de sua prática (JB, 23.09.1945, p.2) (grifo nosso).

E pergunta: A que partido irão os evangélicos levar seu apoio, e por meio deles, com seu voto, influir no rumo que seguirá o Brasil? E sugere:

O Partido Republicano Democrático *organizado pela iniciativa de homens que crêem no Evangelho* [onde] está *a fonte autêntica da Democracia*, partido que defende princípios e escolherá homens que sejam um penhor de luta pela execução desses princípios, quando na representação da soberania dos seus eleitores, por meu intermédio, aproveita este ensejo, para solicitar

¹⁰ Referencia ao catolicismo

ao prezado amigo, que leve pela sua palavra autorizada um apelo aos evangélicos do Brasil para que examinem o seu programa e *assinem as listas que permitirão o seu definitivo registro* aguardando a indicação dos candidatos que em próxima Convenção Nacional do Partido serão apresentados a preferência do eleitorado brasileiro (JB, 23.09.1945, p.2) (grifos nossos).

Obviamente não por acaso, no espaço ao lado da mesma página se publica outra carta com o seguinte teor:

A Propósito de um Editorial e de um Artigo deste Jornal
Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1945.
Sr. Redator do Jornal Batista

Lendo o artigo Momento Decisivo e artigo sob o mesmo título do pastor Manuel Avelino de Souza, venho expressar ao **Jornal Batista** (grifo do autor), francos aplausos pela compreensão das responsabilidades dos Evangélicos no próximo pleito.

Gostaríamos informasse seus inúmeros leitores, que não é só o alistamento que se encerra a 2 de outubro; encerram-se também os *prazos para a organização de Partidos*, que são pela Lei Eleitoral, os órgãos que veiculam os votos dos cidadãos. *Para que os votos dos evangélicos pudessem ser encaminhados a pessoas escolhidas por sua capacidade de defender os princípios cristãos* é que *se fundou o Partido Republicano Democrático*, que precisa da assinatura consciente dos eleitores esclarecidos do **Jornal Batista** (grifo do autor) para que se torne definitivo o registro provisório. A todos os que desejarem ajuda (sic), pedimos que compareçam a avenida Presidente Wilson, 327, salas 310 a 314 ou na rua da Constituição 11-sobrado, ou ainda que procurem entendimento com uma das pessoas abaixo indicada

José Cardoso d'Áffonseca (11 assinaturas)

Há também em 11 outros estados pessoas que representam o PRD, e cuja relação oportunamente comunicaremos. No distrito Federal há cerca de 40 Diretórios, distribuídos em vários pontos da cidade, conforme relação que a imprensa secular em breve publicará.

Grato pela divulgação desta nota, subscreve-se o amigo certo, e leitor assíduo,

Anselmo Páschoa (JB, 23.09.1945, p.2)

Mesmo em períodos subsequentes ao do nosso estudo, na década de 50 e 60 a militância partidária ainda não era simpática ao ambiente geral dos protestantes, por isso Azevedo também comenta que “reconhece-se que o conceito que a política partidária goza no meio evangélico não é dos mais elevados” (AZEVEDO, op. cit. p. 5).

Anos mais tarde, na II Reunião de Estudos Responsabilidade Social da Igreja promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja de 1962 da Confederação Evangélica do Brasil, na discussão sobre os campos de ação, no que se refere à ação política, embora se afirme que “a base da nossa presença e participação política está fundamentada na

revelação bíblica do propósito de Deus para com o homem”, o pensamento restritivo a organização partidária é similar e mais explícito:

Do que foi dito atrás ocorre também *que não necessitamos nem devemos pensar em partido cristão*, a idéia que surge apenas e algumas vezes como resultado dos naturais desapontamentos com a nossa estrutura política partidária. Pelo contrário, em vez de se separarem, os cristãos devem oferecer sua cooperação em quantos setores possam (sindicatos, centros de estudo e pesquisa), *principalmente* no político.

Mas por que não um “partido cristão?” Devemos, primeiro, nos perguntar se a natureza da revelação bíblica nos permite definir o conteúdo e os elementos de uma civilização cristã ou de um partido ou programa cristãos. O que a Bíblia ensina é que o cristão deve obedecer ao seu senhor em diferentes formas de civilização, sociedades, governos ou partidos. Phillippe Maury [Evangelization et politique, p. 11ss] lembra que “o partido cristão” (exclui ou sugere a exclusão) dos adversários suspeitos de heresia política, além de levar a dar o rótulo de cristão a um partido de nosso interesse particular. Assim, por exemplo, poderemos ter armazém cristão, etc... Assim, diz o mesmo autor, haveria o perigo de usar o partido cristão para suas reivindicações. Isto limitaria a Igreja, tornando confusa a sua ação na sociedade, que então apenas encontraria meio e voz de uma forma política. Não devemos favorecer esta confusão nem aqui, nem através de candidaturas lançadas pelas “coligações evangélicas” ou “centros cívicos”. Ambas as situações se prestariam como nota Jonh Bennett [O Cristão e a Política, Comissão Igreja e Sociedade, 1957], para favorecer a consolidação do antagonismo dos que não participam dos ideais políticos de tal ou qual partido ou candidatou e, por conseguinte, o estabelecimento de oposição da própria igreja ou ao cristianismo – “os cristãos participam na vida política de uma nação afim de serem o meio pelo qual Deus possa transformar a vida do Estado, na direção do seu plano para a humanidade (SRSI/CEB, 1962:49,50)(grifos nossos).

Aos protestantes, o que estava facultado era, no cumprimento dos seus deveres cívicos, participarem do pleito eleitoral, que representava “uma grande vitória da democratização” e assim “ajudarem os políticos a executar” [sua tarefa], sobretudo na efetividade da Nova Constituição com seu “fundo geralmente democrático”, mas sem perder de vista que “só o evangelho é a solução para a vida dopais e dos povos em geral”.

Esta intervenção poderia ter caráter amplo, mais especificamente em relação a membresia das igrejas, havendo velado interdito a ação dos ministros. No caso dos Batistas, a recomendação era nos seguintes termos: “Os batistas devem, porém, votar e não só votar, até mesmo fazer propaganda dos seus candidatos. Os ministros devem cuidar de modo especial: que nenhum pastor seja mais conhecido em seu meio ambiente como político, vereador, ou candidato ou cabo eleitoral”(JB, 27.07.1950 p. 5).

Dois outros fatores não podem ficar à margem dessas apreciações. Primeiro, o efeito desagregador entre políticos, e segundo, a reação católica. Quando nos referimos a “efeito desagregador” queremos sugerir o seguinte. Parte dos políticos tradicionais guardava maior

ou menor aproximação com o protestantismo, que era um colégio eleitoral em expansão e livre (parcialmente) da característica de subordinação dos católicos à sua hierarquia eclesiástica e suas tradições. Por isso, não é equivocado afirmar que setores da política nacional, já institucionalizados, com marcada experiência na arena política, vissem com cautela o direcionamento do voto protestante, para os estreantes, somente pela identidade confessional, o que implicava subtração de votos para os políticos que tinham no eleitorado protestante parte dos seus eleitores. Este aspecto pode ser compreendido nas relações que constrói o PRD com a sua reconfiguração em 1948, primeiro com Guaraci da Silveira, depois com Hugo Borghi, como referimos.

Quanto ao segundo aspecto, não é compreensível a ingenuidade para imaginar que a igreja católica assistiria passivamente a organização de um partido protestante. Por isso fizemos a referência anterior com Ecshenbrurg ao *número de filiados* dos partidos políticos. Ora, se a igreja também arregimentasse seus fiéis em torno de um “Partido Católico”, quantitativa e estrategicamente os protestantes estariam esmagados, além do fato que a agregação política é uma experiência muito mais factível dentro do modelo eclesiástico do catolicismo.¹¹ Portanto, estes três fatores (a feição do protestantismo brasileiro, a política tradicional, e possibilidade de uma reação católica) apontavam para a temeridade e o risco de fracasso da tentativa protestante, como de fato foi o que se verificou.

Já havendo tratado do perfil político do protestantismo na Quarta República em outro momento (SANTOS, 2012), voltamos nossa atenção diretamente para a identidade ideológica do partido, conforme o seu programa, que permite delinear tal identidade ideológica do projeto político proposto pelo protestantismo, ou pelos setores do protestantismo congregados em torno do PRD.

O Perfil do Partido Republicano Democrático

Uma observação do Partido Republicano Democrático revela que seu perfil estava situado mais à esquerda ou progressista, considerado o cenário político dos anos 40, conforme se verifica na comparação com outras agremiações partidárias. Todas as principais questões da ordem política estão contempladas, desde os pressupostos antropológicos, o homem dotado de direitos naturais; até os fins do Estado, a felicidade dos seus cidadãos; passando pela sua

¹¹ Sobre a influência católica sobre atuação política protestante, particularmente nas eleições parlamentares, confira-se a experiência de Ruy Ramos, deputado metodista do Rio Grande do Sul, quando postulou sua candidatura ao Senado e foi vencido pelo óbice católico, em SANTOS, João Marcos Leitão. *Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal, 1946-1964*. Curso de Mestrado em Ciência Política/UFPE, 1998.

organização, a democracia, a ordem federativa, representativa e republicana, como garantia da unidade nacional e soberania; e suas atribuições, o ordenamento da vida social (PRD. Postulados).¹²

A viabilidade deste projeto estava ancorada na natureza constitucional de sua organização e na participação de todos na vida política pelo sufrágio universal e pelo exercício da liberdade de associação e expressões do pensamento, num estado de laicidade “absoluta”. Porque “restringir a liberdade da boa imprensa... é favorecer a propagação do crime” (PRD. Postulados). “Só o regime federativo, republicano, com governo democrático, convém a índole dos brasileiros e à formação política de nossa nacionalidade”, e acrescenta: “a forma republicana garante por si só a verdadeira soberania popular do governo”. Isto porque “o grande mal dos homens do governo tem sido agirem completamente divorciado(sic) da opinião pública (PRD. Postulados).

O programa será mais incisivo em questões pragmáticas de implementação de políticas públicas, embora estes também estejam previstos nos postulados que suportavam a ideologia do PRD. Exemplarmente, a erradicação da pobreza e mendicância pela intervenção do Estado (plataforma das esquerdas). Política agrícola, industrial e comercial, aparecem como responsabilidade do Estado, e a garantia da propriedade privada vem associada a participação nos lucros, forma nova – no contexto – de inserção dos setores operários; que vinha acompanhado do direito de greve para “reivindicação de direitos sonegados”.

Esta política agrícola não se atinha ao incremento apenas, mas requeria a “extinção” do latifúndio que fosse previsto na legislação. O acesso dos novos donos a terra era dual pela aquisição, pela compra e pela doação. Ao lado disso a contundente demanda pela democratização e universalização do ensino, que corrigisse o que se considerava “o erro clamoroso de se fazer da educação fonte de renda”, sendo que os setores dos estratos sociais inferiores deveriam ter privilégios nestas políticas. A democratização do ensino vinha ao lado da democratização da medicina, da saúde, para a qual se exigia “eficiente assistência hospitalar” o que se fazia através de programas de prevenção, em obediência a um imperativo: que o estado suprisse os “necessitados” dos “recursos indispensáveis”. Então com estes expedientes programáticos o PRD fixava a ordem política do Estado, suas políticas prioritárias, a política econômica e o bem estar social.

Do ponto de vista da organização estrutural o PRD declarava “o caráter político” de sua atuação que oferecia a partir de “esclarecida atuação”. Esta estrutura visava que para além

¹² O texto integral do Estatuto e do Programa comparado com os principais partidos da época está em anexo em SANTOS, João Marcos Leitão (2005).

da reivindicação da implementação do seu programa, exigia “outros de igual merecimento” que seriam propostos e para os quais se exigia o “fiel cumprimento”.

Partido religioso, a questão “moral” será recorrente em todo o seu discurso, herança da ética supramundana do protestantismo brasileiro. Seus quadros, sem prejuízo daquelas questões de direitos e deveres das organizações em geral (contribuir, votar, ser votado, recorrer, etc.) seriam compostos por pessoas de “comprovada idoneidade moral” e que, caso assumissem “atividade política em desacordo com a *dignidade do partido*”, responderiam por “*crime infamante*”, sendo por isso mesmo eliminado *sumariamente* dos quadros do partido (grifos nossos); e também obrigando a comunicação formal (por escrito) ao partido de “qualquer alteração na vida digna de registro”, inclusive estado civil, domicílio, etc.

Talvez por reconhecer-se confessional, fixa estatutariamente as atribuições de suas convenções “cujas finalidades dizem respeito *exclusivamente à parte política*” (grifo nosso), para se excluir eventuais debates doutrinários de natureza teológica ou eclesiástica. A finalidade política é a escolha dos candidatos em todos os níveis, ou examinar e deliberar sobre “quais assuntos políticos lhe forem recomendadas pelo Conselho Deliberativo”.

Apesar de republicano *democrático*, o partido possuía uma estrutura altamente centralizadora, disciplinar e porque não, autoritária. Em capítulo inteiro “Das atividades políticas do Partido” (Capítulo V) este caráter se evidencia e vai até a radicalidade. Outra vez, pelo seu perfil religioso, além das finalidades de “garantir fiel execução do programa”, “das reivindicações dos direitos do Povo” e da “verdadeira democratização do país” é também *atividade política do partido, “a moralização dos costumes”* (grifo nosso). Embora facultasse a organização estadual, municipal e distrital, coloca o foro privilegiado dos processos decisórios no âmbito nacional do Partido.

A escolha de candidatos colocará de forma explícita e definitiva o caráter disciplinar e autoritário a que nos referimos. Nos candidatos se devia reconhecer “merecimentos” e “qualidades”, além das “possibilidades [eleitorais?]” sem precisão no que estes elementos significavam. Escolhidos por escrutínio secreto o seriam pela maioria de votos, mas uma vez escolhidos deveriam ter o “apoio da unanimidade do partido”. O parágrafo 2º do artigo 39 é o que fixa o rigor da disciplina e intervenção partidária:

§ 2.º - O candidato do Partido, membro do seu quadro social, ao receber as credenciais que lhe conferem o direito de apelar para a votação partidária e popular, assinará um compromisso de honrar, sustentar e defender o programa do Partido; *assinará igualmente o documento de sua renúncia, para ser datado e encaminhado à autoridade competente, no dia em que perder a confiança do Partido* (PRD, ESTATUTO)(grifo nosso).

O Partido chegou a termo pela compreensão da maioria absoluta dos seus sócios, em 1948 de “motivos de dificuldades insuperáveis”. Porque era este o destino previsto e a motivação aceitável para sua extinção, nos termos do artigo 53 dos Estatutos. “O Partido só poderá ser dissolvido por motivo de dificuldades insuperáveis e por aprovação da maioria absoluta dos sócios mantenedores no gozo de seus direitos, reunidos em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim”. É possível, que tais “dificuldades insuperáveis” reportassem a falta de quadros capazes e da densidade eleitoral desejada.

A participação do deputado metodista Guaraci Silveira foi fundamental embora insuficiente. Deu a legenda à condição de manter-se no cenário partidário, mas não lhe deu expressão digna de registro, não o diferenciou a ponto de fazê-lo mais sedutor as bases eleitorais protestantes como se desejava, mesmo com a alegada bancada de “diversos deputados” que nunca se organizou senão no PRT¹³.

GUARCI DA SILVEIRA E O PRD.

A Lei Eleitoral não reconhecia partido político como sendo Nacional, caso não tivesse representação no Congresso Nacional. Não foi possível estabelecer com clareza nesta pesquisa as razões pelas quais o Deputado Guaraci da Silveira aderiu ao PRD, se considerarmos que, do ponto de vista político, não representava dividendos políticos abandonar uma legenda conhecida e estabelecida por um partido nascente e sem densidade eleitoral. Mas ele o fez. E ofereceu indícios de suas motivações.

Em setembro de 1947, o deputado Guaraci da Silveira, remete a Mesa Diretora da Câmara Federal a informação de que deixava o PTB e se filiara ao PRD, ao qual passava a representar no Congresso.

Durante a legislatura inaugurada em 1946, apesar de haver ocorrido maior número de candidaturas a cargos eletivos na Câmara (FREESTON, 1995, p. 156) apenas se elegeu o metodista e ex-deputado socialista Guaraci Silveira, trazendo no currículo a eleição para constituinte 1933/34. Guaraci não era uma unanimidade entre os protestantes, porque suas posturas não se conformavam completamente a lógica que presidia o protestantismo brasileiro (SANTOS, 1998). Menos afeito a questões que marcaram sua primeira atuação, Guaraci adota uma prática mais flexível em várias questões, entre elas, o diálogo com

¹³ Os estatutos do PRT e suas propostas são *quase* as mesmas do PRD, como se verificam em seus documentos, o esforço foi mesmo no sentido de dar ao PRD, de nome novo, porque a Lei terminaria por extingui-lo, maior densidade do ponto de vista numérico, com a abertura a setores menos ligados ao protestantismo. (DICIONÁRIO, 1980).

segmentos católicos. Exemplo disso é a censura de que foi objeto em alguns jornais protestantes, pelas felicitações que mandou aos dois cardeais brasileiros recém nomeados.

O discurso de Guaraci da Silveira pode ser descrito como o mais marcado pelos conteúdos ideológicos da religião e, de forma diluída, do protestantismo. Este caráter diluído assim se nomeia em função do perfil de ecumenicidade que marca seu discurso, posição incomum ao protestantismo em geral, notadamente nos anos 40 quando a polêmica religiosa ainda era forte nas relações católicos-protestantes. A explicação para o seu acento particular no substrato religioso pode derivar da sua condição de ministro religioso, à qual ele fazia questão de referir para situar a sua prática parlamentar e justificar as suas condições de vida modestas (SANTOS, 2001). A reação mais rígida de Guaraci, colocando-se em antítese à religião católica, foi na ocasião dos debates sobre a entronização da imagem de Cristo nas assembleias, iniciativa contra a qual o deputado vociferou, e fez coro com representantes estaduais, o que deu origem ao opúsculo *A Imagem de Cristo nas Assembleias*.

Sua grande bandeira no parlamento era como ele mesmo chamava a luta contra os totalitarismos “de direita e de esquerda” em que denunciava tanto o integralismo quanto o comunismo, este último, principalmente. O comunismo era uma ameaça e a Rússia um modelo a ser evitado. Contra a sua ideologia, a ser “combatida passo-a-passo” era preciso proteger principalmente as classes trabalhadoras e a “nossa mocidade” contra o totalitarismo, no que se conformava ao discurso protestante. A estratégia não era pela violência ou pela repressão, antes pela educação. Mas Guaracy reconhecia que o modelo comunista seduzia, e por isso afirma que “se um dia o comunismo for vitorioso no Brasil... a culpa caberá à Câmara ...porque não resolve o problema da fome” (GS 1949/07:07). Todavia, com a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947, estabelece-se o debate em torno das vagas abertas pelos parlamentares da legenda, e Guaraci assumirá uma posição legalista e favorável aos cassados, quando defende as suplências, a quem atribui o *status* legal por haverem sido sufragados pelo voto popular.

Apesar disso, Guaraci rompe com o PTB em 1945, “por razões que não vem ao caso referir aqui...” e adere ao Partido Republicano Democrático, sob a égide da moral cristã, defesa da democracia. As pretensas razões não referidas serão referidas. No início do governo Dutra, no ano de 1947, a sua preocupação era com o inchaço da máquina pública: “ou resolvemos a questão do funcionalismo, desviando os impostos para os benefícios da nação a quem devemos atender ou deixaremos que a política use todos os orçamentos para dar emprego aos seus amigos...” (GS 1949/02:02)

Para Guaraci, tão pragmático quanto o programa do PRD, o problema era mais grave pela sua ação reflexa sobre a classe trabalhadora, que se apresentava subalimentada, e com saúde precária, o que juntamente com as ações lesivas ao seu direito¹⁴, criava estado emocional próprio à convulsão social, ante a “insatisfação indisfarçável” dos trabalhadores, a que Guaraci chamava “antecâmara das surpresas”. Como bom trabalhista, a classe trabalhadora era muito presente em sua retórica, por exemplo, apontando a precariedade das condições de trabalho a que eram submetidas, os efeitos sobre ela da política inflacionária, ausência de uma política previdenciária eficaz, etc.

Finalmente, Guaraci abusava da adjetivação à sua postura democrática. Colocava-se como aquele “que sempre estive (sic) ao lado da democracia” e referia-se aos seus companheiros de posição como “soldados da democracia”, “defensores da democracia”, “homens da democracia”. Mas Guaraci impunha limites à democracia, adotando o discurso dos que cassaram o PCB, porque democracia não tinha validade para “partidos internacionais” ou que atentam contra ela em seus programas. A chave hermenêutica de Guaraci na leitura da conjuntura nacional foi a ética, e esta conforme os balizamentos oferecidos pela religião cristã, protestante. Os paradoxos de um modelo democrático ancorado num poder supra político, ou seja, o militar, não eram reconhecidos, nem as causações materiais, históricas e ideológicas das relações de poder no âmbito social eram intuídos. Transparecem os ideais de solidariedade e fraternidade como se sobrepondo aos princípios de direito e justiça social. Tribuno religioso, Guaraci mitigou seu trabalhismo por seus referentes de ética religiosos. Esta caracterização do discurso de Guaraci permite verificar a relação que guardava e onde destoava do programa do PRD.

Mas a condição minoritária do Partido era mesmo objeto de zombaria na Câmara. Os partidos “nanicos” sempre sofriam objeção em plenário. Quando Guaraci Silveira se inscreve para falar como líder de bancada, é interpelado pelo deputado Gurgel do Amaral, nos termos seguintes.

O SR PRESIDENTE: Poderei informar a V. Exia. Que terá preferência aquele a quem o Regimento lhe der. O primeiro orador inscrito é o Sr. Guaraci Silveira como líder de bancada. A V. Exia darei a palavra, e depois ao que a solicitar firmado em disposição regimental.

O sr. Gurgel do Amaral: Poderia V. Exia informar, apenas para o meu esclarecimento, de que bancada é líder o Sr. Graraci Silveira ?

O SR. GRARACI SILVEIRA – Do partido Republicano Democrático, conforme a seis meses dei comunicação.

O sr. Gurgel do Amaral: Quais os deputados deste partido?

¹⁴ Guaracy fazia severas críticas ao Congresso pela ausência da regulamentação das leis trabalhistas da constituição de 1946 com como de alguns aspectos da CLT.

O SR PRESIDENTE: Pode ser um só.

O sr. Gurgel do Amaral: Sou líder de um Partido que teve assento na constituinte e continua tendo acento nesta Casa. O Sr. Guaraci Silveira era deputado do meu partido. Não existe nenhum deputado do Partido – qual é mesmo o nome do Partido? (*hilariedade*) desconheço e que foi citado por sua excelência. Abandonou o deputado Guaraci Silveira o meu Partido e se diz líder deste Partido que não tem deputado algum nesta casa.

Assim Sr. Presidente, pergunto a V. Exia. Se posso ou não falar como líder de bancada que tem representação efetiva na Câmara.

O SR PRESIDENTE: Do Partido libertador só temos o sr. Raul Pilla, e sua excelência como representante significa tanto na unanimidade da Câmara como qualquer outro deputado.

O SR PRESIDENTE: V. Exia. pode usar a palavra toda vez que a ela tiver direito. Eu na presidência, como o sr. Samuel Duarte, não admitirei cerceamento de direitos. Mas o direito de V. Exia. É tão sagrado quanto à do Deputado que representa a ele só. Cumpre acentuar que o Regimento Interno declara que à seu critério poderá a mesa conceder a palavra independente de inscrição prévia.

Pouco importa seja o sr. Guaraci Silveira ele só em seu Partido, pouco importa represente dois. O que conta é que representa uma corrente de opinião, que vale não pelo seu peso numérico, mas por si mesma.

O SR. GRARACI SILVEIRA Agradeço a S. Exia. Sr. Presidente a maneira justa com a qual acaba de dirimir a questão. Devo dizer primeiramente ao nobre deputado Gurgel do Amaral, que ao passar para o Partido Republicano Democrático, dei comunicação a Mesa tanto assim que o Sr. Presidente desta casa me tem convidado para todas as reuniões de líderes das quais V. Exia. Tem participado.

O sr. João Botelho: É uma coisa muito discutível hoje em dia a mudança de Partido. V. Exia sabe, talvez melhor que seu aparteante, que a mudança de Partido se opera por fatores múltiplos, complexos, mas, sobretudo, por fatores de interesse coletivos, e quem quer que tenha lido os Anais desta Casa, que tem em 1934, 1936 e agora em 1946, há que ter notado que V. Exia. sempre se conduziu como representante do povo, colocando os interesses coletivos acima dos partidários. Assim sendo na mudança de Partido V. Exia *não teve outro intuito que defender os interesses da população que representa.*

O SR. GRARACI SILVEIRA: Muito obrigado a V. Exia.

Devo dizer que quando saí do Partido Trabalhista, não havia de minha parte ressentimento algum para com o Sr. Getúlio Vargas a quem sempre estimei, respeitei e defendi desta tribuna. Saí deste partido porque dele tendo sido excluído um Deputado, sem qualquer direito a defesa, sem que lhe fosse feita qualquer comunicação, em hipótese alguma poderia conservar-me nele, confiando-lhe meu nome, minha personalidade. Não poderia permitir que este Partido se arrogasse a qualquer momento excluir-me sem forma alguma de processo e sem qualquer direito a defesa. Preferia perder o mandato a aceitar um regime partidário discricionário.

Essa razão, que nunca mencionei desta tribuna e agora me vi compelido a fazer. Dirijo-me agora ao nobre Deputado Euclides de Figueiredo, para dizer que V. Exia, que ao falar a pouca pela Ordem, estava sobre tremenda pressão, as voltas com um discurso de defesa do meu partido, vendo as horas passarem, chegar o Carnaval e ficar eu sem tempo para falar, embora prévia e legalmente inscrito. [...] (DCN, 02.02.1946, p. 1402) (grifo nosso)

Em 1947 Guaraci ainda era deputado do PRD e seu líder na Câmara e se pronuncia quando da morte da esposa do General Dutra, Presidente da República.

O SR. GUARACI SILVEIRA - Sr Presidente, em nome do Partido Republicano Democrático, *ao qual pertencem diversos Deputados*, ainda que não esteja organizada a nossa bancada, venho trazer a nossa solidariedade as homenagens que estão sendo prestadas a memória de D. Carmela Dutra...(DCN, 10.10.1947, p. 6715) (grifo nosso)

Também é na condição de representante do Partido Republicano Democrático que se pronuncia sobre o rompimento de relações diplomáticas com a Rússia. “O SR. GUARACI SILVEIRA – Sr. Presidente, Srs . Deputados, venho trazer o apoio do Partido Republicano Democrático ao rompimento das relações de nosso país com a Rússia Soviética”, dando como razão o fato de sermos “soldados da democracia” do qual, a seu juízo, o modelo político russo era a antítese (DCN, 22.10.1947, p. 721).

Fato que se repetirá quando o PRD passa a ser Partido Republicano Trabalhista em 1948, afirma Guaraci:

O SR. GUARACI SILVEIRA – *(para encaminhar votação)* Sr. Presidente, srs. Deputados, quando me desliguei do Partido Trabalhista Brasileiro, por razões que não vem ao caso referir, desejei naturalmente filiar-me a outro Partido, porque na realidade, a *função política brasileira é sempre partidária*. A despeito de ter grandes amigos em todas as organizações aqui representadas, não *procurei* um partido que tivesse grande projeção, mas *um pequeno*, que no último pleito havia eleito apenas um Deputado estadual, e que naturalmente tendia a desaparecer. *Inscrevi-me nessa agremiação para com ela desaparecer*. Acabara eu por concluir que a posição dos Deputados filiados por pequenos Partidos é assas precária... Procurei, dizia eu, srs. Deputados um pequeno Partido, pretendendo desaparecer com ele, terminar o meu mandato, e voltar para meus pagos com a consciência de que aqui tinha feito o que pude. Entretanto, a consciência do meu dever determinou outro procedimento. Ingressando no Partido Republicano Democrático, hoje, Partido Republicano Trabalhista, notou-se ali grande movimento idealista, tendente a oferecer alguma coisa a Nação, que pudesse resolver de certo modo nossa magna questão: a harmonia entre o capital e o trabalho para o bem da nossa raça e garantia dos nossos princípios. [...]

Vou ler para os prezados colegas os princípios fundamentais no novel partido:

- Não tem preconceitos religiosos, adota a moral cristã como base de sua vida política e administrativa.

-Defende a democracia...

- Seu programa trabalhista estabelece a perfeita harmonia entre o capital e o trabalho...(DCN, 02.02.1949, p 603).

Não há que supor ingenuidade política em um Deputado com mais de quinze anos de experiência parlamentar. Vale o dito popular de *em terra de cego quem tem um olho é rei*. Isto não é sinônimo de dolo ou má fé do pastor Guaraci, mas em um partido grande a demarcação

de poder entre os seus membros é muito mais severa, mais acirrada, num partido menor, menos no caso do PRT, mais no caso do PRD sua liderança emergia com naturalidade e suas prerrogativas de líder avançavam proporcionalmente.

Outro aspecto relevante de sua fala é a afirmação de que “a função política brasileira é sempre partidária”. Isto talvez seja um indicativo relevante das razões do esforço de se organizar um partido político com identidade protestante, como se nos mostrasse que “para se fazer ouvir” em certos espaços certos mecanismos de interlocução são imprescindíveis, todos, ou quase todos, os setores da nossa sociedade se organizavam como instituição política.¹⁵ O problema de fundo parece ser reconhecer a razão da organização partidária por parte do protestantismo. Qual o significado? Tanto para o protestantismo, como para a sociedade e a organização política.

Mas o fato de que a realidade é socialmente construída, resulta das relações sociais, que transcendem a subjetividade adquirindo objetividade na medida em que institucionaliza o social, é mediada por formações discursivas e ideológicas, que a justificam, reificam, legitimam, e polarizam os esforços de mudança e transformação, na medida em que sustentam ou alteram o efeito da ordem; quase nunca é reconhecida pela igreja, nem ela se percebe como constituída sob as mesmas condições.

Neste perfil de alheamento a igreja vive a realidade como um dado, não uma construção, e torna-se instrumento de reforço ideológico na reprodução da ideia de eternidade deste mundo dado, e somente ocasionalmente reconhece que uma sociedade de domínio dos homens sobre outros homens, não pode ter a chancela divina, arrisca-se a invalidar sua vocação profética, quando corrobora para o efeito inevitável de inércia e lentidão da mudança na consciência social, não reconhecendo na sua irrupção histórica, a vontade de Deus, que impõe a responsabilidade crística de discernir o mundo.

Neste contexto, com este perfil, como entender a organização partidária que traria visibilidade a sua identidade, na medida em que este modelo de ação antagonizava com suas práticas historicamente estabelecidas. Isto é, traria visibilidade e com ela a ruptura com a camuflagem, constituindo uma intervenção direta, abrindo uma fissura na linha demarcatória

¹⁵ Serve como indicador os partidos autorizados a funcionar provisoriamente em outubro de 1945 pelo TSE. Partido Republicano Democrático, Partido Social Democrático, Partido Republicano, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Progressista, Partido Social Democrata, Partido Nacional Popular Democrático, Partido Nacional do Trabalho, Partido Democrático Progressista, Partido da Lavoura Indústria e Comércio, Partido Social pelos Direitos do Homem, Partido Regenerador, Libertador, União Democrática Nacional, Partido Socialista Cristão, Partido Industrial Agrícola Democrático, Partido Popular Sindicalista, Partido Agrário Nacional, Partido Democrático Cristão, Partido Nacional Classista, Partido Orientador Trabalhista, Partido Trabalhista Nacional, Partido de Representação Popular, Partido Nacional Evolucionista, Confraternização Social Democrático, além de outros cujos processos de inscrição ainda estavam sob avaliação.

de sua visão dual do mundo. A partir deste evento fundador que traz o Partido a existência, uma série de outras problematizações se encadeia.

Em primeiro lugar, não se deve ignorar que a instituição partidária foi precedida por algum processo organizatório, difícil de precisar, mas evidenciado a partir das diversas associações criadas no corpo do protestantismo como instrumento de agregação, alguns para intervenção social e política. Há que se caracterizar, portanto, que determinada análise de conjuntura levada a efeito pelos principais líderes deste processo, que resultou na organização do partido, entendia que a resposta a tal conjuntura passava por uma organização partidária e formal para a catalisação, primeiro dos interesses dos protestantes, que como de resto em relação a prática geral do protestantismo se constituía em uma ação anticatólica, mesmo que não voltada a dimensão mais estritamente religiosa, era uma oposição no sentido de fazer frente/obstruir as pretensões de ascendência sócio-políticas do catolicismo no Brasil, as “metas” e sua obstrução a que nos referimos

O impacto geral da organização do PRD dentro do sistema partidário inaugurado em 1945 foi pífio como se vê no humor sarcástico do deputado Gurgel do Amaral, sobretudo, do ponto de vista do desempenho eleitoral¹⁶, mas não devemos entender este como único aferidor de um partido, claro. O sistema eleitoral vivia um momento de acomodação que visava superar os entraves produzidos pelo caráter emergencial e impreciso de sua organização, na apreciação de Marcos de Sá Correia ao introduzir o texto de Soares (1973). Era *aparentemente* multipartidário, mas a expressão mais precisa é fragmentado, tendo assistido entre 1945 e 1948 a organização de 31 partidos nacionais. Mas os partidos realmente existentes se observarmos a gradação de sua competitividade eram em número muito menor, e gravitavam em torno do PSB, UDN, PTB, e a Esquerda como um todo; com predominância do primeiro que funcionava como barômetro, e segundo Borges Neto, promovia a estabilidade do sistema, sendo que as suas dissidências internas desagregaram esta condição polarizadora, e com seu abalo, “o sistema partidário entrou em crise, levando ao colapso da democracia Populista” (BORGES NETO, 1994, p. 14). O registro de um partido exigia, pela Lei Eleitoral, um coeficiente de votos em no mínimo cinco estados da Federação, cujo objetivo era restringir a formação de partidos locais e com um só representante no Congresso Nacional, embora fosse a norma em vigência.

¹⁶ Veja-se ilustrativamente o exemplo típico de Pernambuco. Candidato/votação. José Ubirajara Moreira Sales, 1247; Felix Pereira Lira, 871; Dauri da Silveira Santos, 513; Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti, 375; Aderbal Pitágoras de Arrouxelas Galvão, 300; Eliezer Correia de Oliveira, 265; Mário Gonçalves de Azevedo, 153; José Moreira Reis, 53; Daniel Saba, 47; Severino Veloso Pessoa Machado, 34; Amaro de Barros Vanderlei, 26; Antonio Pádua Xavier Paes Barreto, 7; José Alves Lopes, 7.

O esforço realizado aqui como objetivo deste trabalho foi reconhecer o perfil de uma mentalidade protestante, ou mais precisamente de parte de suas elites, já que não há como fugir ao fato de as elites ou lideranças exerciam exacerbada condução sobre o seu grupo de fiéis, sobretudo, considerando sua estratificação social nos anos 40; e que levava a estas mesmas elites a um grau de “recusa” dos partidos tradicionalmente instituídos na política brasileira; além de investigar os elementos indicadores da identidade “protestante” desta agremiação; sem esquecer de aferir a receptividade de um partido confessional entre os protestantes e na sociedade.

Considerações finais

A própria conjuntura sócio religiosa, e em alguns casos jurídica, desfavorável ao protestantismo se juntava o pressuposto ético e teológico que fornecia o suporte ideológico da mentalidade protestante. Assim, não seria de todo equivocado afirmar que foi a falta de mobilização política dos protestantes, associado a certa pessoalização das suas lideranças um fator preponderante para o insucesso do PRD. Entre outros fatores importantes a se considerar na organização partidária dentro do protestantismo, algumas merecem uma referência aqui.

A reação da comunidade protestante, não aderindo à proposta de institucionalização partidária pode indicar além dos vários fatores referidos, afeitos ao próprio protestantismo, que este – tendo ocorrido às urnas – considerou que outros partidos atendiam satisfatoriamente, quiçá melhor, as suas expectativas. O protestantismo médio, sobretudo não-urbano ainda era conservador para aderir a uma plataforma progressista e de “centro-esquerda” do “seu” Partido, apesar de Leonard afirmar que

Os políticos pastores contaminados pelas atividades eleitorais sabem muito bem que escolheram as plataformas ‘trabalhistas’ na esperança de que o povo protestante, ao qual fazem vibrante apelo, seja atraído pelos seus reflexos avermelhados, sejam eles patrocinados por um antigo ditador ou por um especulador. É auspicioso ver nisso uma nova prova de que há verdadeiras classes populares protestantes no Brasil, com tendências políticas “proletárias” (LEONARD, 1981, p. 336).

Também o seu programa não apresentava nenhum conteúdo reivindicatório ou propositivo em torno de questões religiosas específicas, para que exercesse alguma sedução particular não achada em nenhum outro, e que se constituísse apelo irresistível ao protestantismo. E não podia ser diferente, no que diz respeito a sociedade em geral, de quem também deveriam ser representantes os eleitos, ainda que oriundos do eleitorado protestante.. Quando nos perguntamos pelas opções que fez o partido do ponto de vista ideológico,

programático, e organizacional, as questões de porque republicano, porque democrático, ganham alguma transparência.

A nós parece que a identidade “Republicano” foi uma questão de conveniência estratégica. Não estava em discussão se após a ditadura, e até durante sua vigência, se o país deixaria de se constituir numa república. O mesmo acontece com a questão do “Democrático”. Até para os setores radicais da esquerda e para as Forças Armadas, o Brasil entraria numa ordem democrática. Uma “democracia socialista”, ou uma “democracia sob a ordem”, mas uma democracia.

Porém um partido que apelasse aos protestantes não podia estampar em seu nome, em sua identidade, palavras de sentido intranquilizador, como socialista, esquerda, ou mesmo cristão, etc. Apresentar-se como trabalhista, ou social democrata, podia levar a uma associação indesejável com o espólio do período Vargas. Parece-nos então que o nome não obedecia a questões de ideologia e sim a neutralidade puramente formal.

Outra questão quando interrogamos as motivações da organização partidária, remete aos motivos que não fizeram com que a organização política no âmbito protestante não se constituísse num “movimento” ou algo similar e sim partido, algo como a Liga Eleitoral Católica-LEC, uma Liga Eleitoral Evangélica. Talvez fosse o temor que no emaranhado que caracterizava a reordenação política naquele momento, um grupo, grêmio, coligação, associação, sugerisse interesse na cooptação ou a busca por apoio ou adesão de um dos setores já organizados política e partidariamente. Porque não se pode esquecer, que se a LEC cumpriu com grau razoável de eficácia os objetivos que se propôs, as tentativas no império e na república de organizar um partido católico falharam no âmbito católico. Então, o que fazia crer ao protestantismo que ele teria sucesso, com um grau infinitamente inferior de organicidade? Esta questão não se esclareceu na investigação.

Finalmente há um fator a mais para ser considerado e que se refere ao caráter rarefeito da experiência parlamentar protestante anterior. Até o período em que discutimos somente Guaraci Silveira se elegera deputado na constituinte de 33/34, mesmo havendo 29 candidaturas evangélicas a Câmara Federal e as Assembleias Estaduais em 1934. O que impulsionava os protestantes a crer que teriam maior densidade eleitoral neste período, se o perfil do protestantismo pouco mudara? Em 1945, apesar das candidaturas lançadas em vários estados, outra vez, somente Guaraci se elegeu nacionalmente (Cf. FRESTON, 1994).

As razões passam também por fatores como as dificuldades inerentes a organização política, as já organizadas associações, as sem caráter partidário, a fragilidade dos quadros – do ponto de vista político –, a mencionada ausência de militância, as dificuldade próprias da

consolidação partidária, a concepção sobre a política, o sectarismo e as dificuldades do pluralismo nas bases, junto com a frágil visão global da ordem política e dos problemas que se propunha a responder, etc. Prevaleceu o idealismo que deu a importante singularidade a iniciativa.

Fontes

MANUSCRITAS E IMPRESSAS

ANDERES, Rodolfo. A Confederação Evangélica do Brasil e suas relações com o Evangelismo Mundial. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1950.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Diário da Justiça*, Rio de Janeiro, DF, p. 1441. 23 de outubro de 1945.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resoluções*. Volume I. pp. 71, 72. 07 de agosto de 1945. Rio de Janeiro, DF, Departamento de Imprensa Nacional, 1950:

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. Relatórios. 5º Biênio 1942-1944. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1944.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. Relatórios. 8º B0000000000000000iênio 1948-1950. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1951.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade. Departamento de Estudos. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1962. mimeo.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. Aspectos da Obra Evangélica. Congresso de Obreiros. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1942.

CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional. 1945-1948. Brasília, 1945-1948.

CONGRESSO NACIONAL. Anais da Câmara dos Deputados. 1945-1948. Brasília, 1945-1948.

FERRARI, Fernando. Novos Rumos do Trabalhismo. Carta Renúncia a Liderança do PDT. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Jornal Batista, O. Casa Publicadora Batista: Rio de Janeiro, 1945-1949.

PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO. Estatutos. Do autor: Rio de Janeiro, 1945

PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO. Manifesto. In CARMO, J. A. Pinto do. Do autor: Rio de Janeiro, 1945

PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO. Programa. In CARMO, J. A. Pinto do: Rio de Janeiro, 1945

PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO. Registro de Candidatos as Eleições Majoritárias de 1947. Recife, 1947. mms.

PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO. Registro do Partido Republicano Democrático. Diretório Regional de Pernambuco. Recife: 1947. mimeo.

PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA. Estatutos e Programa. s.e., Rio de Janeiro, 1948.

PARTIDO RURAL TRABALHISTA. Estatutos e Programa. s.e., Rio de Janeiro, 1958.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – PERNAMBUCO. Processo de Registro do Partido Republicano Democrático. Diretório Regional de Pernambuco. Recife: 1947. mimeo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. – PERNAMBUCO. Processo de Registro de Candidatos do Partido Republicano Democrático às Eleições Majoritárias de 1947. Recife, 1947. mms.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. – PERNAMBUCO. Relatório. Resultado das Eleições Realizadas a 19.1.1947, inclusive o da eleição suplementar realizada nos dias 14 e 21.3.48 para a Assembléia Legislativa. Recife, 1949. Mimeo.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 110/1945. Ordena o registro Provisório do Partido Republicano Democrático. Rio de Janeiro, DF, 1945.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 343/1945. Ordena o registro Definitivo do Partido Republicano Democrático. Rio de Janeiro, DF, 1945.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Processo de Registro do Partido Republicano Democrático. Diretório. Rio de Janeiro, DF, 1947. mimeo.

Referências Bibliográficas

AMARAL, E. M do. *O Protestantismo e Reforma*. São Paulo: Linográfica, 1962.

ANDERSON, W. K. (Org.) *Espírito e mensagem do protestantismo*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1953.

AZEVEDO, I.B. de. *A Teologia Política dos Batistas Brasileiros, de 1930 a 1964*. STBSB, Rio de Janeiro, 1983. mimeo.

_____. *A Palavra marcada. Um Estudo sobre a Teologia Política dos Batistas Brasileiros, de 1901 a 1964, segundo o JORNAL BATISTA*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1983.

AZEVEDO. T. A “Religião Civil”; introdução ao caso brasileiro, *Religião e Sociedade*. 6, nov.1980, ISER, Rio de Janeiro,69-91.

BART, K. *Comunidade civil y sociedade cristiana*. Montevidéo: Tauros, 1947

- BASTIAN, J-P. *Los dissidentes. Sociedades protestantes e revolucion em México 1872-1911*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989.
- BENEVIDES, M^a V. *UDN e udenismo: ambiquidades do liberalismo brasileiro 1945-1965*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BIRCH, A. H. Natureza e funções da representação. In King, P. *O Estudo da Política*. UnB, Brasília: 1980.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1981. 2 v.
- BORGES NETO, R. *A política da insensatez: o desmonte da maquina pessedista – 1952-1958*. Dissertação(Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.
- BUCAEV, E. *O que é partido*. Moscou: Progresso, 1987.
- BURITY, J. A. *Os Protestantes e a Revolução Brasileira. 1961-1964: A Conferência do Nordeste*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 1989.
- _____. *A redenção total: A construção protestante da realidade brasileira*. HOLLIDAY, T. (Org) *Atos Retóricos: Mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: SUMUS, 1988.
- _____. *Igreja e realidade social e política*. Recife, 1989. Mimeo
- _____. *Converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará: notas sobre o discurso social protestante. 1954-1964. Cadernos de Discussão n. 28*. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1989.
- CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato ao Catete. Memórias Políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966. 2v.
- CAMARGO, C. S. O Evangelho Social: aspectos históricos e teológicos. In *SIMPÓSIO*, ano 16, n. 31 dezembro de 1988. pp. 254-262. ASTE, São Paulo, 1988.
- CARMO, J. de A. P de. *Diretrizes partidárias*. Rio de Janeiro: Potengi, 1961.
- CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil(1945-1964)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981. v. 2 Coleção Corpo e Alma do Brasil.
- CASTRO, Marcos de. *Igreja e Estado no Brasil*. In *Os grandes enigmas de nossa época*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1981.
- CERQUEIRA, S. Political parties in Brazil 1945-1964. In BERNARD, J. P. *Guide to the political parties in South América*. Middlesex: Penguin Books, 1970.
- CÉSAR, W. *Para uma sociologia do protestantismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- CHARLOT, J. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

- COUTROT, A. Religião e política. In REMOND, R. *Por uma história política*. São Paulo Ática, 1996.
- DALARI, A; FARIA, S.E.; SADEC, M^a. T. Partidos Políticos. In VERRUCCI, V. (Org.) *Partidos político, eleições, voto distrital*. São Paulo, IDEAC, 1983.
- DURRELMANN, F. *¡Protestante! Por que ?* Michigan: TELL, sd.
- DURVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Sociologia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- _____. *Introdução à política*. Lisboa: Studios Cor, sd.
- ESCHENBURG, T. A função do partido político. *Conciliium/88 1973:8*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 915-929.
- FLEICHER, D. *Partidos políticos no Brasil*. Brasília, UnB, 1979 2 v.
- FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas, Campinas, 1993.
- GARRISON, W.F. *A protestant manifest*. New York: Abingdon Cokebury, s.d.
- GÓES, P. de. *Do Individualismo ao compromisso social - A contribuição da Confederação Evangélica Brasileira para a articulação de uma ética social Cristã*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP, 1989.
- GREAVES, H.R.G. *Fundamentos da Teoria Política*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1969.
- GUICHARD, J. Ideologias e Poder. *Conciliium/90 1973:10*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 1236-1242.
- HAGUETTE, T.M.F. Cidadania: o direito a oposição e o sistema de partidos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Ano 38, nn. 78,79, pp. 65-101, jan-jul, 1994.
- HUNTINGNON, S. P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: USP/Forense, 1975.
- INGE.W. T. *Protestantism*. New York: Nelson e Songs, 1936.
- KRISCHKE, P. J. Problemas teóricos das relações Igreja Estado na crise de 1964. *Estado, Participação política e democracia*. Anais da 9ª Reunião da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1985. Coleção Ciências Sociais Hoje, v. 3.
- LASSWELL, H. *A Linguagem da política*. UnB, Brasília, 1979.
- LAVAREDA, A. *Representação, legitimidade e crise política*. Recife: Universitária, 1985.
- LEONARD,E-G. *O Protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE/JUERP, 1981.
- LIMA Jr, O. B. *Instituições políticas democráticas. O Segredo da Legitimidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

- _____. *Partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.
- MATEUS, O.P. (Org.) *Teologia no Brasil: teoria e prática*. São Paulo: ASTE, 1985.
- MELLO FRANCO, A. A. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1974.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982
- MOTA, P. R. *Movimentos partidários no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- NICHOLS, J.H. *Primer for protestants*. New York: Abingdon Press, 1967.
- NISSIOTIS, N. Devem existir partidos na Igreja do futuro? *Concílio/88 1973:8*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 984-1012.
- PARSONS, T. Poder, Partido e Sistema. In VV. AA. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. v. 2. Textos Básicos de Ciências Sociais.
- PEREIRA, L. C. B. *Pactos políticos: do populismo a redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PERRUCCI, G. Realidade e Protestantismo no Brasil. *Estudos Universitários* Ano 3, nº 5 jul-set, pp. 21-47, Recife, 1963.
- PETERSON, P. J. *Brazilian political parties: formation, organization and leadership*. Tese (Phd Political Science) Michigan University. Michigan, 1962
- RAMOS, J.P. *Panorama do protestantismo brasileiro*. *Revista Paz e Terra* 6 (2) 73-94, São Paulo, 1968.
- REILY, D. A. *História documental do protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 1989.
- REMMERT, G. Movimentos eclesiais de despertar religioso e prática política. *Concílio/89 1973:9*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 1111-1121.
- SANTOS, João Marcos L. *Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal 1946-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.
- _____. Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal 1946-1964. *Revista do Mestrado em Ciência Política*. Ano 7, n. 11, pp. 235-264. Recife, julho, 2001.
- _____. *Protestantismo e Política no Brasil 1930-1964. Uma História Documental* Mimeo.
- *
- SCHILLEBECKX, E. Teorias críticas e engajamento político na comunidade cristã. *Concílio/84 1973:4*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 433-445.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

- SILVA, H. *História da República Brasileira*. São Paulo, Editora Três, 1975.
- SKIDMORE, T. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, G. A. D. Da política dos estados aos partidos nacionais. In SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- SOUZA, M^a.do Carmo C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.
- STEEMAN, T. Relevância política da comunidade cristã. Entre o entreguismo e o engajamento crítico. *Conciliium/84 1973:4*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 425-432.
- VEREKER, C. *O desenvolvimento da teoria política*. Rio de Janeiro: 1967.
- VV.AA. *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívium, 1979. 2 volumes
- WALLRAFF, H. J. Associações de interesse e poder. *Conciliium/90 1973:10*. Petrópolis, Vozes, 1973. pp 1243-1248.
- WELCH.C. & DILLEMBERGER, J. *O Cristianismo protestante*. Buenos Aires: La Aurora, 1958.
- WHALE, J.S. *The protestant tradition*. New York, Westminster Press, 1967.